

Ortodoxia econômica leva o governo Lula a uma encruzilhada

Carlos Bortolás
de Brasília

A manutenção das diretrizes econômicas ortodoxas do período Fernando Henrique Cardoso está levando o compromisso de desenvolvimento de políticas nacionais diferenciadas prometido pelo governo de Luiz Inácio da Silva a uma encruzilhada. A sinalização está no relatório "Observatório da Cidadania/2003 — População versus Mercado", versão brasileira da rede Social Watch coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e apresentado ontem na Comissão de Relações Exteriores do Senado. A socióloga Amélia Cohn, presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), identificou no desenvolvimento de um sistema de proteção social baseado na ótica da desigualdade, e não da pobreza, o desafio que o atual governo não está enfrentando.

"Se persistirmos no fato de que política social é compensatória das dificuldades da economia, vamos reproduzir o que o Brasil vem fazendo há séculos, fragmentando ainda mais a sociedade", alertou. Para Amélia Cohn, diante desse quadro, a melhoria de alguns indicadores não tem alcance para reverter as desigualdades sociais. "Sem articulação entre as políticas sociais e as econômicas redistributivas (de renda), não se resolve as questões sociais do País", afirma.

A diretora do Cedec lembrou que o relatório do Observatório da Cidadania, formado por organizações não-governamentais, não é uma avaliação do governo Lula, pois começou a ser elaborado em meados de 2002, mas salientou que parte das análises são inspiradas no projeto implantado a partir de 1º de janeiro e nas expectativas criadas pela eleição do ex-metalúrgico.

Nesse contexto, o economista Fernando Cardim de Carvalho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e consultor do Ibase diz que as expectativas criadas a partir da elei-

ção de Lula envolvendo mudanças de prioridades da política macroeconômica, redução da vulnerabilidade externa e aplicação de políticas redistributivas ainda não se concretizaram.

"Faltam definições nessas três áreas", diz o economista, que entende que falta espaço de políticas mais agressivas nas áreas fiscal, monetária e cambial. No último campo, que define como crucial para qualquer expectativa de crescimento, Carvalho disse que, além da indefinição do Ministério da Fazenda, o Banco Central se recusa a assumir a responsabilidade pela política.

A conclusão de Carvalho é que, embora recorra com frequência à "herança maldita" como explicação para as dificuldades, o governo aprofundou a política ortodoxa da era FHC, a exemplo da ampliação da meta de superávit fiscal. Mas Carvalho diz que o quadro pode ser revertido, e passa pelo controle da entrada e saída de capitais estrangeiros e restrições ao endividamento das empresas. O secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jairo Jorge da Silva, afirmou que a superação do círculo vicioso passa pela construção de um novo contrato social que conjugue crescimento e inclusão. "Mudança não nasce da ruptura", afirma.

Os argumentos de Carvalho são reforçados pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Ele diz que, de janeiro a setembro, os desembolsos para pagamentos de juros das dívidas interna e externa chegaram a R\$ 143 bilhões. O parlamentar isenta o presidente Lula de culpa, porque precisava equilibrar a situação macroeconômica do País. "Mas quem ganhou foi o banqueiro", diz Dr. Rosinha, que defendeu que o debate para reverter o quadro de "Robin Hood às avessas" seja feito na área econômica. "O ministro Antonio Palocci tem que ler esses documentos".

O relatório identifica que, até o momento, a política externa é a principal candidata à condição de diferencial do governo Lula.